

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITES NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Laísa de Lima Fiuza Gomes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID - <https://orcid.org/0009-0004-3063-9830>, Brasil, Email: laisafiuza1@gmail.com

Salim Silva Souza, Instituto Federal de Sergipe, Brasil / Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9968-9925>, Email: salmilas@gmail.com

Zeny Duarte, Universidade Federal da Bahia, Brasil / CITCEM / Faculdade de Letras, Universidade do Porto Portugal, ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>, E-mail: zenydu@gmail.com

Exo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

1 Introdução

A Ciência da Informação, enquanto campo interdisciplinar dedicado à organização, gestão e disseminação do conhecimento, desempenha papel central na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à democratização da informação. No Brasil contemporâneo, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a inclusão digital tem se consolidado como um pilar essencial para assegurar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), condição indispensável para o exercício da cidadania, a participação social e o desenvolvimento econômico.

Em 2023, o país registrou 72,5 milhões de domicílios com acesso à internet, representando 92,5% do total, com crescimento significativo nas áreas rurais, onde

o percentual de acesso passou de 78,1% para 81,0% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024a). Apesar desse avanço, 36 milhões de brasileiros ainda permanecem sem acesso à rede, evidenciando a continuidade da exclusão digital em diferentes territórios (IBGE, 2024b).

Essa exclusão é ainda mais evidente quando se analisam os recortes regionais e sociais: enquanto regiões como o Sudeste apresentam altos níveis de conectividade, o Nordeste ainda enfrenta desafios estruturais que limitam o acesso universal; além disso, idosos, pessoas com baixa escolaridade e residentes em áreas rurais figuram entre os grupos mais afetados (IBGE, 2024b).

Para enfrentar tais desigualdades, algumas iniciativas governamentais têm sido implementadas nos últimos anos, como os programas "Wi-Fi Brasil", "Computadores para

Inclusão” e “Escolas Conectadas”, que buscam ampliar o acesso gratuito à internet e à tecnologia em comunidades carentes (Brasil, 2025). Mais recentemente, o programa “Internet Brasil”, distribui *chips* com pacotes de dados para estudantes e suas famílias, promovendo a conectividade em regiões vulneráveis (Brasil, 2025). Além disso, o Novo PAC, lançado em 2023, reforça esse compromisso ao incluir o eixo “Inclusão Digital e Conectividade”, com investimentos destinados as escolas públicas e regiões remotas e à expansão do 5G (Brasil, 2024).

Apesar desses avanços, persistem obstáculos significativos. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de dispositivos tecnológicos e a carência de capacitação digital ainda limitam a efetividade das políticas implementadas. Além disso, a exclusão digital de pessoas com deficiência permanece um desafio crítico, exigindo a adoção de medidas que garantam acessibilidade plena às TICs (Hand Talk, 2025).

A inclusão digital, portanto, ultrapassa a dimensão técnica do acesso à *internet*: trata-se de um processo fundamental para a promoção da cidadania, da democratização da educação, à inserção no mercado de trabalho e participação social. Nesse sentido, uma inclusão digital efetiva exige políticas articuladas que considerem as desigualdades sociais e regionais, envolvendo esforços do governo, sociedade civil e setor privado.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o papel das políticas de informação no Brasil na promoção da inclusão digital. Especificamente, busca: i) examinar as principais políticas públicas voltadas para a inclusão digital; ii) identificar os avanços, limites e obstáculos enfrentados em sua implementação; e iii) refletir sobre estratégias que possam consolidar uma inclusão digital

efetiva e equitativa. A análise será enriquecida pelo recorte regional da Bahia e de Sergipe, estados nordestinos que representam, respectivamente, um polo de políticas e pesquisas consolidadas e uma realidade mais desafiadora em termos de infraestrutura. Esse contraste permite compreender de forma mais ampla os avanços e limites das políticas contemporâneas de inclusão digital no país.

2 Políticas de inclusão digital no Brasil

2.1 Conceitos e dimensões da inclusão digital

As políticas públicas de inclusão digital no Brasil têm se configurado como um campo estratégico para diminuir desigualdades e promover o exercício da cidadania em um contexto cada vez mais mediado pelas tecnologias digitais. Elas buscam reduzir o abismo entre os indivíduos que possuem acesso a tecnologias e os que permanecem excluídos, promovendo iniciativas que ampliam a conectividade, fortalecem a alfabetização digital e fomentam a criação de centros de acesso público à tecnologia.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios estruturais significativos, como a desigualdade no acesso à internet, a insuficiência da infraestrutura em áreas rurais e periféricas e a falta de capacitação para uso crítico das TICs.

A inclusão digital, conforme conceituada por Nemer (2021) e Bezerra (2020), não se limita ao acesso físico a computadores e à internet, mas envolve dimensões mais amplas, como o letramento digital, a competência crítica em informação e a participação cidadã. O conceito de competência crítica em informação propõe que os indivíduos não apenas consumam informação, mas também a analisem, interpretem e a utilizem de forma consciente,

promovendo transformações sociais e garantindo o exercício pleno da cidadania digital (Bezerra, 2020).

A literatura sobre inclusão digital no Brasil destaca a importância de políticas públicas integradas, capazes de articular acesso físico, capacitação e desenvolvimento de habilidades críticas. Han (2022) enfatiza que a digitalização da sociedade transforma dispositivos digitais em instrumentos de participação política, mas que a desigualdade de acesso e o baixo nível de letramento informacional podem reproduzir exclusões históricas. Assim, a inclusão digital deve ser compreendida como processo multidimensional, envolvendo infraestrutura tecnológica, formação educacional e práticas sociais.

2.2 Histórico das políticas de inclusão digital no Brasil

A inclusão digital no Brasil está intrinsecamente ligada à evolução das TICs e à implementação de políticas públicas que assegurem o acesso a essas tecnologias. Desde a popularização da internet nos anos 1990, o país enfrentou o desafio de democratizar o uso de ferramentas digitais em um contexto de desigualdade social e territorial.

Nos anos 2000, iniciativas como o programa "Computador para Todos" facilitaram o acesso a computadores mediante pagamento parcelado, enquanto a expansão de telecentros comunitários buscou promover conectividade em comunidades de baixa renda (Nemer, 2021).

Mais recentemente, programas como "Wi-Fi Brasil", "Computadores para Inclusão", "Escolas Conectadas" e "Internet Brasil" têm buscado ampliar a conectividade em regiões vulneráveis, reduzir o custo de acesso à

tecnologia e promover inclusão digital em escolas públicas (Brasil, 2024; 2025). O Novo PAC (2023) reforça esse compromisso ao incluir o eixo "Inclusão Digital e Conectividade", com investimentos em escolas, áreas remotas e na expansão do 5G.

A consolidação da inclusão digital no Brasil também está relacionada a um conjunto de marcos normativos que consolidam o arcabouço jurídico no uso das TICs. Dentre eles destacam-se:

A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011): assegura o direito de todo cidadão de acessar informações públicas, promovendo transparência e participação social. Quando articulada com políticas de inclusão digital, a LAI contribui para o letramento digital e para o desenvolvimento de competências informacionais, permitindo que cidadãos interpretem, utilizem e compartilhem informações de forma consciente (Brasil, 2011).

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014): estabelece direitos, deveres e princípios para o uso da internet, considerando-a essencial à cidadania digital. O Capítulo IV da lei enfatiza a responsabilidade do poder público em garantir acesso universal à rede, promover educação digital, proteger dados e estimular inovação tecnológica, fortalecendo a democratização da informação (Brasil, 2014).

A Política Nacional de Educação Digital – PNED (Lei nº 14.533/2023): estrutura-se em quatro eixos – Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Capacitação e Especialização Digital, e Pesquisa e Desenvolvimento em TICs. A lei reforça a educação como vetor central da inclusão digital, buscando desenvolver competências técnicas e críticas que permitam aos cidadãos utilizar a informação de forma autônoma e reflexiva (Brasil, 2023).

2.3 Perspectivas teóricas e desafios atuais

O regime de informação, como proposto por Bezerra (2020), representa o contexto sociotécnico em que a informação é produzida, disseminada e utilizada. No contexto brasileiro, essa abordagem permite analisar como políticas públicas e práticas educativas interagem para reduzir desigualdades no acesso à informação e no uso das TICs.

Estudos recentes indicam que a inclusão digital deve ser abordada de forma contextualizada, considerando fatores regionais, culturais e socioeconômicos. Iniciativas pontuais de acesso a tecnologia podem gerar impactos limitados se não forem acompanhadas de programas educativos voltados ao desenvolvimento de competências críticas, reflexivas e éticas na utilização da informação (Nemer, 2021; Han, 2022).

Nesse sentido, compreender as políticas de inclusão digital exige olhar não apenas para os números de conectividade, mas também para a qualidade e profundidade da apropriação tecnológica. Esse olhar permite identificar os avanços já conquistados no Brasil e, ao mesmo tempo, destacar os limites ainda presentes, sobretudo em regiões marcadas por desigualdades estruturais.

É nesse ponto que a análise dos contextos específicos da Bahia e de Sergipe se torna fundamental, pois possibilita observar como políticas nacionais são reinterpretadas e aplicadas em realidades regionais distintas.

Além das legislações nacionais, é importante destacar como instituições de ensino superior e técnico consolidam em seus planos de desenvolvimento institucional (PDI) diretrizes alinhadas à inclusão digital. O Instituto Federal de Sergipe (IFS), por exemplo, contempla em sua Política de Assistência Estudantil a garantia

de acesso equitativo às tecnologias digitais por meio de laboratórios de informática, internet em espaços comuns e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência (IFS, 2023). Tais medidas demonstram um compromisso formal da instituição em reduzir desigualdades tecnológicas no ambiente acadêmico, reforçando o papel das políticas institucionais como extensões concretas da legislação nacional e como instrumentos essenciais para a efetividade da cidadania digital.

3 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de caráter básico, orientada para a produção de conhecimento novo e relevante para o avanço da Ciência da Informação, sem aplicação prática imediata, mas com forte contribuição teórica e crítica (Prodanov & Freitas, 2013).

A abordagem é qualitativa, pois busca compreender os significados e interpretações atribuídos às políticas de inclusão digital, considerando o contexto social, político e histórico em que estão inseridas. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2013), possibilita a apreensão da realidade em sua complexidade, privilegiando a profundidade da análise sobre a amplitude dos dados.

O método adotado foi a análise documental, que permite examinar registros oficiais, textos normativos e relatórios institucionais como fontes primárias de investigação. Conforme Cellard (2012), esse procedimento técnico possibilita identificar a gênese, a intencionalidade e os efeitos de documentos que expressam políticas sociais. Na mesma perspectiva, Flick (2009) destaca que a análise documental é fundamental em pesquisas qualitativas por possibilitar a triangulação entre fontes escritas, discursos e práticas sociais.

Foram examinados documentos normativos e relatórios governamentais, incluindo o Marco Civil da Internet, a LAI e a Política Nacional de Educação Digital (PNED). A análise documental permitiu avaliar a implementação das políticas públicas, identificar os avanços obtidos e reconhecer os limites estruturais e sociais que ainda dificultam uma inclusão digital plena e efetiva.

A análise documental seguiu os procedimentos de exploração do material, categorização temática e interpretação contextual (Bardin, 2016), de modo a identificar os avanços, os limites estruturais e os desafios sociais relacionados à inclusão digital no Brasil.

Este procedimento técnico possibilita compreender a articulação entre legislação, políticas públicas e práticas sociais, bem como avaliar de que forma os dispositivos legais influenciam o acesso, o uso e a apropriação crítica da informação em ambientes digitais.

4 Avanços e Limites da inclusão digital no Brasil

Apesar das conquistas legais e programáticas, a inclusão digital no Brasil enfrenta limitações estruturais e sociais. A precariedade da infraestrutura tecnológica em áreas rurais e remotas compromete a efetividade de políticas públicas que buscam universalizar o acesso às TICs. Comunidades periféricas e povos indígenas continuam à margem da conectividade plena, o perpetua desigualdades históricas. Além disso, o analfabetismo funcional e digital persistem como barreiras significativas, mesmo com acesso às tecnologias, muitos indivíduos não possuem habilidades suficientes para interpretar dados, buscar informações públicas e participarativamente de processos digitais.

Programas educativos voltados à competência crítica em informação, conforme Bezerra (2020), indicam que a alfabetização digital isolada é insuficiente. É necessário integrar o conceito de regime de informação — que compreende o contexto de produção e disseminação do conhecimento — com a competência crítica, permitindo aos cidadãos analisar informações, reconhecer desigualdades e utilizar a informação para transformação social.

A resistência ao uso de tecnologias, sobretudo entre populações idosas e com menor escolaridade, é outro fator que limita o alcance da inclusão digital. As diferenças geracionais revelam-se decisivas: enquanto jovens tendem a adotar rapidamente ferramentas digitais, pessoas mais velhas apresentam dificuldades de adaptação ou até rejeição às práticas digitais. A exclusão cultural e econômica também interfere: em comunidades de baixa renda, mesmo quando há infraestrutura mínima, a ausência de letramento digital perpetua o ciclo de exclusão (Nemer, 2021).

Han (2022, p.32) observa que a “democracia em tempo real digital” transforma smartphones em parlamentos móveis, promovendo debates contínuos e ampliando a esfera pública digital. Entretanto, esse potencial democrático só é efetivo para quem tem acesso pleno às tecnologias. Os grupos mais vulneráveis, frequentemente marginalizados social e economicamente, enfrentam obstáculos de acesso e uso qualificado das TICs. Assim, os mesmos instrumentos que poderiam fortalecer a cidadania podem, paradoxalmente, reforçar desigualdades já existentes.

A análise de políticas e práticas de inclusão digital exige considerar as experiências locais, uma vez que as desigualdades regionais no Brasil impõem condições distintas de acesso e

apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TICs). A seguir, serão apresentados dois estudos de caso: a Bahia e Sergipe, ambos com trajetórias distintas, mas reveladoras quanto ao impacto das políticas públicas e institucionais sobre o acesso à informação.

4.1 Estudos de caso - Bahia

A Bahia apresenta-se como um polo relevante no cenário da inclusão digital, tanto pela infraestrutura tecnológica instalada quanto pelas iniciativas institucionais voltadas à democratização da informação. A Rede Metropolitana de Salvador (Remessa), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), conecta universidades e institutos federais por meio de fibra óptica de alta velocidade, garantindo suporte essencial para atividades de ensino, pesquisa e extensão digital. Entre as instituições beneficiadas, destacam-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), todas com histórico de atuação em projetos de inclusão digital e letramento informacional (Remessa, 2017).

Na capital, Salvador, destaca-se o projeto “Onda Solidária de Inclusão Digital” vinculado à UFBA, que desde os anos 2000 atua em comunidades vulneráveis promovendo oficinas de software livre, cursos de informática e práticas de cidadania digital. Trata-se de uma experiência de extensão, iniciada no bairro do Pirajá, em Salvador, que articula ensino, pesquisa e engajamento comunitário, constituindo um exemplo consolidado de inclusão digital baseada em tecnologias sociais, além de promover um resgate da identidade

cultural e histórica local (Santos, Lima & Cruz, 2008).

Outro exemplo relevante é a iniciativa das “Tendas Virtuais”, implementada pela UFBA durante a pandemia da Covid-19, voltada a oferecer infraestrutura tecnológica com computadores e internet para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ação buscou assegurar a permanência acadêmica e minimizar a exclusão digital no contexto do ensino remoto emergencial (UFBA, 2021).

Além disso, pesquisas acadêmicas desenvolvidas na UFBA evidenciam avanços e limitações das políticas de inclusão digital, especialmente no campo da formação docente e do uso de TICs em contextos escolares, reforçando o papel da universidade como polo de produção de conhecimento crítico (Costa, 2007).

No interior, o IFBA e o IF Baiano contribuem com a criação de laboratórios de informática abertos à comunidade e projetos de capacitação em software livre, destacando o caráter descentralizado das ações de inclusão digital (IF Baiano, 2017). Tais experiências revelam o esforço das instituições em articular políticas públicas federais (como a Política Nacional de Educação Digital) com as necessidades locais, ampliando a rede de oportunidades para populações vulneráveis.

Complementando as iniciativas universitárias, a Bahia possui uma longa tradição em políticas de leitura e promoção de bibliotecas públicas. A Fundação Pedro Calmon coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, implementando políticas que ampliam o acesso à informação e à leitura, além de oferecer programas de capacitação de mediadores de leitura e gerenciar a Biblioteca Virtual do Estado da Bahia. A Biblioteca Central

do Estado da Bahia (BCEB), por sua vez, oferece acesso gratuito a computadores e oficinas de informática para diferentes públicos, destacando-se como polo de inclusão digital em Salvador (Santana, 2017).

No contexto comunitário, bibliotecas como a Biblioteca Comunitária Paulo Freire, no bairro de Itacaranha, proporcionam acesso à internet, cursos de informática e atividades culturais, fortalecendo a cidadania digital local (Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, 2020).

A Prefeitura de Salvador, por meio da Fundação Gregório de Mattos, apoia essas iniciativas através de editais como o “Caminhos da Leitura”, que visam ampliar o alcance das bibliotecas comunitárias (Fundação Gregório de Mattos, 2025). Complementarmente, a plataforma digital “Caminhos Digitais da Leitura” disponibiliza obras literárias online para estudantes da rede pública municipal, promovendo a democratização do acesso à leitura e incentivando a leitura digital (Educa mais Brasil, 2018).

Essas iniciativas, somadas à infraestrutura da Remessa, consolidam a Bahia como um ecossistema híbrido de inclusão digital, no qual bibliotecas públicas, universidades e institutos federais atuam de maneira complementar. O caso baiano demonstra que a articulação entre infraestrutura tecnológica, políticas institucionais e práticas educativas é essencial para enfrentar desigualdades regionais e promover cidadania digital de forma sustentável.

A Bahia se destaca no cenário nacional por sua longa tradição em políticas de leitura e promoção de bibliotecas públicas, evidenciada por instituições como a Fundação Pedro Calmon e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Programas governamentais, como o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL),

têm contribuído para consolidar um ecossistema de acesso à informação e incentivo à leitura. Em Salvador, observa-se a implementação de bibliotecas públicas digitais e comunitárias, que funcionam como polos de inclusão digital e educação informacional.

Destaca-se também, o programa Conecta Bahia tem desempenhado um papel central na democratização do acesso à internet. Lançado em 2024, o programa visa instalar até 1.500 pontos de internet gratuita em praças e prédios públicos, com foco em áreas rurais, comunidades quilombolas e povos originários. Até o momento, já foram implementados 375 pontos em 180 municípios, beneficiando diretamente populações historicamente marginalizadas (A tarde, 2024).

Além disso, iniciativas como os Centros Digitais de Cidadania (CDCs), em funcionamento desde 2023, oferecem acesso gratuito a computadores e internet, promovendo a alfabetização digital e o acesso a serviços públicos online em diversas localidades do estado .

Essas ações demonstram que a Bahia possui experiências robustas e diversificadas de inclusão digital, tanto em sua capital quanto em contextos comunitários e escolares, consolidando um campo fértil para análise das relações entre políticas públicas, tecnologia e cidadania informacional.

4.2 Estudos de caso - Sergipe

O estado de Sergipe apresenta um contexto diferenciado, no qual as iniciativas de inclusão digital, embora mais restritas em alcance, têm elevado impacto social. O Instituto Federal de Sergipe (IFS) desempenha papel central nesse processo, com destaque para o Projeto de

Recondicionamento de Computadores, que transforma o instituto em um polo de recuperação e redistribuição de equipamentos tecnológicos a comunidades vulneráveis. Reconhecida pelo Governo Federal, a iniciativa contribui tanto para a sustentabilidade tecnológica quanto para a democratização do acesso digital (IFS, 2024).

Outra frente relevante é o Programa de Bolsas de Inclusão Digital, no qual estudantes do IFS atuam em comunidades periféricas e rurais para disseminar práticas de letramento digital e ampliar a conectividade social (IFS, 2024). Complementarmente, o instituto desenvolve cursos de informática para a terceira idade, promovendo cidadania tecnológica e reduzindo desigualdades geracionais no acesso às TICs (IFS, s.d.).

Outra iniciativa de destaque no estado é o Programa Federal Mulheres Mil, implementado em parceria pelo IFS e a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Seel). O projeto visa promover o empoderamento feminino, a inclusão social e digital, além de gerar oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade. Atualmente, cerca de 2 mil mulheres em 25 municípios sergipanos são beneficiadas, abrangendo comunidades quilombolas, indígenas, camponesas, marisqueiras, populações de rua e atendidas por centros de referência à violência (IFS, 2024).

O programa oferece cursos variados escolhidos pelas participantes, incluindo formação em informática, empreendedorismo, cuidados de saúde da mulher e capacitação em prevenção bucal e nutricional, com certificação emitida pelo IFS. Além disso, ações complementares envolvem a doação de uniformes e roupas customizadas em parceria com a Energisa e a Receita Federal, bem como a redistribuição de

equipamentos eletrônicos, como celulares e TVBOX, transformados em materiais educativos para inclusão digital. Um dos diferenciais do projeto é o legado estrutural deixado às instituições parceiras: os laboratórios de informática criados para os cursos permanecem nas unidades, ampliando a capacidade local de acesso à tecnologia e continuidade das ações educativas (Sergipe, 2025a).

O Mulheres Mil representa, assim, um modelo de articulação entre governo, universidade e comunidade, reforçando estratégias de inclusão digital e social, promovendo autonomia e fortalecendo a participação das mulheres nos espaços produtivos e tecnológicos do estado.

No âmbito universitário, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem implementado políticas institucionais voltadas à inclusão digital de estudantes de baixa renda, por meio de programas vinculados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que oferecem auxílios para acesso à internet e aquisição de equipamentos tecnológicos (UFS, 2020). Adicionalmente, o projeto Universidade Conectada e os laboratórios comunitários em cidades do interior proporcionam a estudantes e escolas públicas acesso a tecnologias digitais, consolidando a universidade como polo de inclusão digital. Pesquisas acadêmicas da UFS também analisam criticamente políticas educacionais voltadas à inserção de TICs em escolas de Aracaju e região, identificando avanços e entraves na implementação de programas nacionais como ProInfo e Educação Conectada (UFS, 2025).

Além das iniciativas conduzidas pelo IFS e pela UFS, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP-SE) tem desempenhado um papel estratégico para a inclusão digital. Vinculado à Biblioteca Pública Estadual Epiphanius Dória,

em Aracaju, o sistema não apenas fortalece o acesso à leitura, mas também investe na informatização de acervos, no suporte técnico às bibliotecas municipais e comunitárias e na modernização dos espaços, garantindo ambientes mais interativos e digitais.

As capacitações oferecidas pelo SEBP-SE abrangem desde a contação de histórias até a utilização de recursos tecnológicos e organização de atividades culturais mediadas por TICs, o que demonstra que as bibliotecas em Sergipe vêm ampliando sua função social para além da promoção do livro, atuando como centros de acesso à informação, formação digital e inclusão cidadã (Sergipe, 2025b).

Outro iniciativa de destaque é a Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju (CCTECA), também conhecida como Planetário Galileu Galilei, tem sido um ponto de referência na promoção da educação científica e tecnológica.

Inaugurada em 2009, a CCTECA oferece atividades interativas e educativas, como observações astronômicas e experimentos científicos, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento e estimular o interesse pela ciência entre estudantes e a comunidade em geral. Recentemente, a instituição tem buscado integrar tecnologias digitais em suas atividades, ampliando o alcance e a eficácia de seus programas educacionais (Santos, 2015).

Esses exemplos evidenciam que, mesmo diante das limitações de infraestrutura e das desigualdades entre capital e interior, Sergipe vem construindo estratégias institucionais criativas e socialmente relevantes. A articulação entre universidades, institutos federais e comunidades locais demonstra o potencial de programas de inclusão digital para reduzir desigualdades, promover cidadania

tecnológica e fortalecer a formação educacional na região.

A análise conjunta dos casos da Bahia e de Sergipe evidencia contrastes e complementariedades relevantes no campo da inclusão digital. Enquanto a Bahia apresenta um ecossistema mais estruturado, articulando universidades, institutos federais e bibliotecas públicas em rede de alcance estadual, Sergipe se destaca por ações de caráter mais focalizado, com forte impacto social em comunidades vulneráveis e grupos historicamente marginalizados, como mulheres, idosos e populações rurais.

De um lado, observa-se a Bahia investindo em infraestrutura tecnológica robusta, projetos de extensão universitária e políticas de leitura digital; de outro, Sergipe aposta em programas de empoderamento social e iniciativas sustentáveis de reuso tecnológico. Essa comparação demonstra que diferentes estratégias podem se complementar na construção de uma cidadania digital mais inclusiva, unindo a força institucional de grandes redes acadêmicas ao potencial transformador de projetos sociais voltados a públicos específicos.

5 Considerações Finais

A análise dos estudos de caso da Bahia e de Sergipe demonstra que a inclusão digital no Brasil se constrói a partir de estratégias diversas, moldadas pelas especificidades regionais. Na Bahia, observa-se um modelo estruturado em rede, no qual universidades, institutos federais e bibliotecas públicas atuam de forma articulada para expandir infraestrutura tecnológica, fomentar projetos de extensão e consolidar políticas de leitura e cidadania digital. Já em Sergipe, predominam ações com forte impacto comunitário e social,

como o recondicionamento de computadores, o programa Mulheres Mil e a modernização de bibliotecas via SEBP-SE, voltadas à redução das desigualdades e ao empoderamento de grupos vulneráveis.

Esses contrastes revelam que, embora distintos, os modelos não são excludentes, mas complementares: a robustez institucional e tecnológica baiana pode dialogar com a capilaridade social das ações sergipanas, oferecendo pistas para políticas mais integradas e eficazes. Nesse sentido, a inclusão digital deve ser entendida não apenas como expansão da conectividade, mas como processo de formação crítica, de ampliação do acesso à informação e de fortalecimento da cidadania tecnológica.

Para avanços futuros, torna-se fundamental investigar de maneira mais aprofundada os impactos concretos dessas iniciativas em comunidades vulneráveis, bem como enfrentar desafios persistentes, como as desigualdades regionais, as lacunas de infraestrutura em áreas rurais e as barreiras culturais no uso das TICs. Essa abordagem pode orientar políticas públicas mais efetivas, capazes de articular inovação tecnológica, práticas educativas e participação social, consolidando um projeto de cidadania digital inclusiva e sustentável.

Referências

A Tarde (2024). Conecta Bahia promove inclusão e democratização do acesso à internet. https://atarde.com.br/educacao/conecta-bahia-promove-inclusao-e-democratizacao-do-acesso-a-internet-1292304?utm_source=chatgpt.com

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bezerra, A. C. (2020). Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: A integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 25(3). <https://doi.org/10.1590/1981-4026>

Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Brasil. (2014). Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

Brasil. (2023). Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm

Brasil (2024). Conheça ações de inclusão digital do Novo PAC que podem requerer transferência obrigatória Instituto Federal Baiano (IF Baiano). (2017). *Guia de cursos de qualificação profissional*. Recuperado de <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itaberaba/files/2017/02/GUIA-DE-CURSOS-DE-QUALIFICA%C3%87%C3%83O%20APROFISSIONAL.pdf> de recursos. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/comeca-as-acoes-de-inclusao-digital-do-novo-pac-que-podem-requerer-transferencia-obrigatoria-de-recursos>

Brasil. (2025). Crescimento de políticas públicas do Ministério das Comunicações permite avanços na inclusão digital. <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/maio/crescimento-de-politicas-publicas-do-ministerio-das-comunicacoes-permite-avancos-na-inclusao-digital>.

Cellard, A. (2012). A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, p. 295-316.

Costa, L. F. (2007). *Comunicação, novas tecnologias e inclusão digital*. Universidade Federal

- da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11307>
- Educa mais Brasil. (2018). *Caminhos Digitais da Leitura: plataforma disponibiliza livros gratuitos.* <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/caminhos-digitais-da-leitura-plataforma-disponibiliza-livros-gratis>
- FLICK, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Fundação Gregório de Mattos. (2025). *Caminhos da Leitura*. <https://fgm.salvador.ba.gov.br/caminhos-da-leitura/>
- Hand Talk. (2025). *Desafios da inclusão digital no Brasil: como superá-los e promover a acessibilidade.* <https://www.handtalk.me/br/blog/desafios-da-inclusao-digital-no-brasil/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024a). *Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023.* <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024b). *Em 2023, 87,2% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram internet.* <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>
- Instituto Federal de Sergipe (IFS). (2024). *Programa Mulheres Mil.* Recuperado de <https://www.ifs.edu.br/diretoria-de-extensao-e-articulacao-com-a-sociedade-direx/mulheres-mil.html>
- Han, B.-C. (2022). Infocracia: Digitalização e a crise da democracia. Editora Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2013). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec.
- Nemer, D. (2021). *Tecnologia do oprimido: Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil.* Editora Milfontes.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed.. Editora Feevale.
- Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias – RNBC. (2020). *Biblioteca Comunitária Paulo Freire.* <https://rnbc.org.br/biblioteca/paulo-freire-3/>
- Remessa (2017). Site. <https://remessa.net.br/Remessa>
- Santana, R. D. (2018). *Biblioteca pública e inclusão digital: o caso da Biblioteca Central do Estado da Bahia* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38585>
- Santos, D. A.; Lima, A.; Cruz, D. L. M. (2008). Cultura digital na perspectiva do projeto onda solidária de inclusão digital. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27542>
- Santos, E. F. (2015). Astronomia popular sob os céus de Sergipe: mulheres promovendo ciência e tecnologia para todos. *Revista Ártemis, [S. I.]*, v. 20. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/27043>.
- Sergipe. Governo do Estado (2025a). *Governo de Sergipe e IFS firmam parceria para levar Programa Mulheres Mil às Escolas de Esporte do Estado.* https://www.se.gov.br/noticias/esporte-lazer/governo_de_sergipe_e_ifs_firmam_parceria_para_levar_programa_mulheres_mil_as_escolas_d_e_esporte_do_estado
- Sergipe. Governo do Estado (2025b). Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe fortalece acesso à leitura e cultura nos municípios. https://sergipe.se.gov.br/noticias/educacao-cultura/sistema_estadual_de_bibliotecas_publicas_de_sergipe_fortalece_acesso_a_leitura_e_cultura_nos_municipios?utm_source=chatgpt.com
- Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura (2021). Plano para "Tenda Virtual" 2021.2.

https://arquitetura.ufba.br/sites/arquitetura.ufba.br/files/20210915_plano_tendavirtual_final.pdf

Universidade Federal de Sergipe (UFS). (2020).
A UFS e a inclusão digital: o que já temos e o que ainda queremos. Recuperado de <https://www.ufs.br/conteudo/65407-a-ufs-e-a-inclusao-digital-o-que-ja-temos-e-o-que-ainda-queremos>

Universidade Federal de Sergipe (UFS). (2025).
UFS investe em tecnologia assistiva para estudantes com deficiência visual. Recuperado de <https://maisautonomia.com.br/universidade-federal-de-sergipe-ufs-investe-em-tecnologia-assistiva-para-estudantes-com-deficiencia-visual/>